

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL (CCN)  
DA UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL**

**Data e local:** 19 de junho de 2021 (sábado), por meio de videochamada pelo Microsoft Teams. Gravação desta reunião disponível em: <https://bit.ly/3b05UMw>

**Presentes, os seguintes:**

**Representantes das Diretorias Regionais:** Acre – Wemerson FITTIPALDY de Oliveira (FITTIPALDY), Alagoas – ELINSON Soares de Araújo (ELINSON), Ceará – REGINALDO Vasconcelos Bevilaquia (REGINALDO), Distrito Federal – JOÃO HENRIQUE Ortiz (JOÃO HENRIQUE), Mato Grosso – RODRIGO Rodrigues da Cunha Paiva (RODRIGO), Minas Gerais – Marcos Magno GOMIDE Vieira (GOMIDE), Pará – Hilton KAYAN Costa Barbosa (KAYAN), Paraíba – WENDERlânia da Silva (WEND), Paraná – ROSANO Ouriques (ROSANO), Pernambuco – SANDRA Souza Nascimento (SANDRA), Piauí – ÂNGELO Barbosa de Souza (ÂNGELO), Rio de Janeiro – ANDRÉ Leonardo Cavalcanti Fernandes (ANDRÉ), Rio Grande do Norte – AMBROSIO Michael Barros Cunha (AMBROSIO), Rio Grande do Sul – MICHELE Müller (MICHELE), São Paulo – Alexandre BANCHI (BANCHI), Sergipe – ADRIANO Henrique Rocha Sarmiento Filho (ADRIANO), Tocantins – BIBIANA Zanella Ribeiro (BIBIANA).

**Diretoria Executiva Nacional (DEN):** Rafael Rocha de MACEDO (MACEDO) - Presidente, CRISTine Bohrer Ritt (CRIS) - Vice-presidente, ROBERLEI Volpe Beneduzi (ROBERLEI) - Vice-presidente, PAULA CRISTina Áciron Loureiro (PAULA) - Diretora Jurídica e de Integridade.

**Escritório Nacional (EN):** THIAGO Martins Barbosa Bueno (THIAGO) - Gerente Geral, VITOR Augusto Gay (VITOR) - Gerente de Gestão Educativa, Marcos Ramacciato Duarte (KIKO) – Líder de Gestão do Voluntariado.

**Convidados:** Eduardo Evaldt MANIQUE(MANIQUE) – Presidente do CAN, SARAH Raquel Loureiro do Amaral (SARAH) – Vice-presidente do CAN, ALDENISE Cordeiro Santos (ALDENISE) – Coordenadora do Grupo de Trabalho de Diversidades e Inclusão do CAN, REBECA Pizzi Rodrigues (REBECA) – Coordenadora Nacional de Diversidades, Anna Beatriz Reali Costa Melo (BIA) – Diretora do Curso Nacional de Gestores de Adultos (CNGA) 2 - 2021.

Às 9h07min. do dia 19 de junho de 2021 (sábado), MACEDO faz a abertura oficial dos trabalhos, dando as boas-vindas aos presentes.

**Eleição do Presidente e do Secretário da reunião:** São aclamados GOMIDE como Presidente e THIAGO como Secretário desta reunião.



### **Apresentação da nova presidência do Conselho de Administração Nacional (CAN):**

MANIQUE cumprimenta os presentes, se apresenta, relatando que foi eleito, juntamente com a SARAH, no final de maio, para a presidência do CAN, com mandato para os próximos dois anos. Ressalta que temos um grande desafio nos próximos anos, especialmente por conta dos impactos causados pela pandemia, com um novo planejamento estratégico a ser elaborado, reforma estatutária, implementação da Política Nacional de Envolvimento Juvenil, etc. Por isso, reforça que é necessário um trabalho conjunto entre CAN, DEN e Diretorias Regionais. Aproveita para convidar a todos a acompanhar a Reunião Extraordinária do CAN que ocorrerá na próxima semana e será transmitida pelo canal dos Escoteiros do Brasil no Youtube. Diz-se otimista, acreditando que logo vamos retomar nosso crescimento institucional e deseja uma boa reunião a todos. SARAH se apresenta, reafirma o convite para a Reunião Extraordinária do CAN da próxima semana, deseja uma boa reunião do CCN e elogia o trabalho feito pelas Regiões Escoteiras. ÂNGELO parabeniza MANIQUE e SARAH pela eleição para a presidência do CAN, e manifesta que são muitos assuntos na pauta para o tempo previsto. Sugere a inversão de pauta para que as demandas das Regiões Escoteiras sejam tratadas primeiro ou se marcar uma outra reunião, numa data o mais breve possível, para tratar das demandas das Regiões Escoteiras. GOMIDE encaminha para desenrolar a pauta prevista e sinaliza que, caso não seja suficiente o tempo previsto para tratar todos os assuntos pautados, será agendada uma outra reunião para dar continuidade aos assuntos. Os presentes concordam por unanimidade com o encaminhamento do GOMIDE.

**Aprovação da ata da reunião anterior:** GOMIDE encaminha por se dispensar a leitura da ata, considerando que foi anteriormente enviada para ser lida pelos presentes, e submete à votação a ata da reunião anterior do Conselho Consultivo Nacional, realizada no dia 24 de outubro de 2020, de forma online. A ata é aprovada por unanimidade dos presentes.

**Eventos nacionais 2021 e Clube de vantagens “Nós”:** CRIS lembra que na última reunião ordinária do CCN, Muraro foi o presidente da reunião e, infelizmente o perdemos no final do ano passado para a COVID-19, o que lhe deixou emocionada em lembrar. Segue [apresentando](#) os eventos nacionais online previstos para 2021 e o clube de vantagens “Nós”.

**Atualização do projeto “Transformar para Crescer”:** THIAGO [apresenta](#) as fases do projeto “Transformar para Crescer”.

**Atualização da Resolução Nacional sobre Apadrinhamento de UEL:** Invertida a pauta, com a anuência dos presentes, CRIS apresenta a [proposta de atualização da Resolução de Apadrinhamento de UEL](#). Estipula até o próximo dia 26 de junho para contribuições sobre a resolução proposta, tendo em vista a previsão de publicação oficial da resolução até o dia 28 de junho de 2021. Informa que há intenção da DEN em criar uma comissão nacional para suporte à reestruturação das UELs afetadas pela pandemia. Agradece a Região Escoteira de São Paulo pela sugestão de atualização da referida resolução.

**CNGA 2 – 2021:** BIA agradece a oportunidade de diálogo nesta reunião e diz que, pela primeira vez, atendendo os objetivos estabelecidos na Política Nacional de Adultos no Movimento Escoteiro (PNAME), o Curso Nacional de Gestores de Adultos (CNGA) não está focado somente no desenvolvimento de habilidades dos cursantes para dirigir cursos avançados de formação, mas também em capacitar os voluntários nos processos de gestão de adultos e de desenho de processos formativos. Sublinha que a equipe de facilitadores do



curso percebeu uma quebra de expectativa dos cursantes, acerca do conteúdo do curso, nesse momento de transição do que era o Curso de Formadores - CF1 e CF2 - para o atual CNGA1 e CNGA2. Informa que o CNGA 2 conta com 120 (cento e vinte) cursantes e que o formato EAD permitiu acolher todos os indicados pelas Regiões Escoteiras, apesar disso gerar um trabalho maior para os facilitadores. Lembra que foi tomado o cuidado na divulgação do boletim do curso em se deixar claro o seu objetivo e quais eram as habilidades necessárias dos cursantes, dentre elas, a necessidade de contatos com documentos nacionais e internacionais, inclusive em língua estrangeira. Afirma que o curso foi estendido em mais três semanas do projeto inicial para suavizar o seu conteúdo. Todavia, destaca que os facilitadores têm percebido desconfortos e dificuldades de alguns cursantes no desenvolvimento do curso, apesar da maioria estar cumprindo as tarefas e seguindo com o curso. MACEDO agradece à BIA, enquanto diretora, e à equipe de facilitadores do curso pelo trabalho que está sendo desenvolvido, no qual está vivenciando na condição de cursante, curso, que na sua opinião, tem superado as expectativas e sido uma experiência enriquecedora para verificar in loco os rumos da formação do nosso país. MACEDO diz que a manifestação da BIA é no sentido de pedir apoio dos diretores regionais para que disseminem os objetivos do curso, voltado a capacitar lideranças da formação na nossa instituição, as quais serão multiplicadoras da geração de cultura organizacional e de pertencimento. Entende que a relação entre cursantes e facilitadores não pode ser “nós” x “eles” e que os cursantes devem disseminar a ideia de que os Escoteiros do Brasil somos todos nós. Ressalta que precisamos trabalhar as relações humanas e que ao longo do curso as vozes dos cursantes devem ser escutadas, entretanto, é preciso que eles tenham a percepção de que não estão distantes dos processos decisórios da instituição. GOMIDE agradece a BIA pela presença e deseja sucesso no curso.

**Demandas das Regiões Escoteiras:** ÂNGELO solicita esclarecimentos sobre o aumento no número de instauração de processos administrativo-disciplinares (PADs) em nível Nacional e a relação da Diretoria Nacional de Integridade com o tema. Diz que isso é uma preocupação sua há alguns anos, principalmente, no momento de eleição da atual DEN em que houve uma “chuva” de PADs por parte dos dois lados em disputa. Naquele momento, lembra que solicitou que o CCN pautasse a necessidade de esclarecimentos sobre como se deu o processo. Lembra também que, à época, surgiu a questão do antigo presidente do CAN estar trabalhando em benefício próprio, pois, em tese, seria o Diretor Nacional de Métodos Educativos de uma das chapas candidatas à DEN. Manifesta que era uma situação que prejudicava a instituição e o clima era pesado. Frisa que no CCN foi atenuado o requerimento proposto e não se teve as explicações exigidas, especialmente a possibilidade de estarem sendo instaurados PADs de cunho político, o que entende que precisamos rechaçar. Ressalta que sempre luta para que o CCN tenha mais protagonismo institucional e esteja atento a todas as questões da nossa instituição. Rememora que na reunião ordinária do CCN realizada em 2019, em São Paulo, foi apresentado pela PAULA o Programa de Integridade. O preocupa que os PADs acabam por macular as honras das pessoas e que tem visto a instituição não muito preocupada com os alvos dos processos, mas apenas em levantar casos e punir. Afirma que não estamos fomentando na instituição a mediação e conciliação de conflitos e que precisamos ter equipes preparadas para isso, a fim de não nos transformarmos numa instituição punitiva. Diz que lhe chamou atenção, na última Reunião Ordinária da Assembleia Nacional, o relatório apresentado pela Comissão de Ética e



Disciplina Nacional (CEDN), no qual foi relatado que houve uma explosão de PADs em 2019 e 2020 no comparativo com os anos anteriores. Sabe que é competência da DEN fazer a admissão dos PADs em nível Nacional. Acredita que muito desses PADs advenham da Diretoria Nacional de Integridade. Gostaria de saber como estão sendo feitos esses encaminhamentos e se está tendo uma avaliação da DEN ou um encaminhamento automático das denúncias para instauração de PADs. Lembra que na última reunião ordinária da CCN, a PAULA disse que seria encaminhado ao CAN o relatório de denúncias recebidas pelo Canal de Conduta. Gostaria de saber se esse relatório foi feito e se o CCN pode ter acesso a ele. GOMIDE diz que já foi instado a explicar algumas coisas para a Diretoria Nacional de Integridade e que não se sentiu incomodado com isso, por entender que o denunciado está sendo apurado, de forma transparente. Entende que um aumento maior no número de PADs é porque estão sendo investigadas as denúncias apresentadas. FITTIPALDY diz que, considerando sua experiência de gestão no serviço público, mesmo uma instituição voluntária como a nossa, deve prezar pela moral e pela transparência, e não deve ser uma preocupação nossa o número, mas sim o porquê os PADs estão sendo instaurados. Assevera que abertura de um PAD é uma forma de resolver o problema de forma interna, para que isso não seja feito de maneira externa à instituição. Relata que, ultimamente, participou de reuniões em que pessoas atacaram outras, o que já é um motivo para se abrir um processo. Compreende que ter aumentado o número de PADs é uma forma de se conciliar e tentar resolver as questões éticas dentro da instituição, bem como para se evitar um número maior de transgressões disciplinares. Acredita que, talvez, até então, estivéssemos deixando passar algumas coisas e as pessoas não sabiam os canais que deviam usar para fazer denúncias. MACEDO esclarece que, em relação à “chuva” de PADs no último processo eleitoral da DEN, devemos lembrar que PAD é de caráter sigiloso, por isso, temos que tomar cuidado com o que escutamos nos bastidores e para não reverberarmos fofocas. Lembra que na época dos fatos, o então presidente do CAN afirmou, via Whatsapp, que seria o Diretor Nacional de Métodos Educativos de uma das chapas candidatas e, por isso, MACEDO moveu um PAD contra ele, pelo conflito de interesse. Afirma que o referido PAD se resolveu na forma de um acordo que encerrou o assunto. Diz que o entristece a manifestação feita pelo ÂNGELO, pois, após a eleição da atual DEN, teve a oportunidade de conversar com o ÂNGELO sobre isso, o qual insiste bater sempre na mesma tecla. Manifesta que se ÂNGELO ainda tiver dúvidas quanto ao assunto, que está a disposição para esclarecer. Salienta que ÂNGELO fazer questão de trazer esse assunto em todas as reuniões do CCN, o constrange. MACEDO esclarece que a Diretoria Nacional de Integridade não instaura PADs, mas sim sindicâncias para apuração preliminar das denúncias. Relata que, desde a sua implantação, o Canal de Conduta teve 451 emails respondidos, foram abertas 41 sindicâncias, dessas 38 sindicâncias foram resolvidas. Relata também que atualmente temos 58 PADs abertos, desses, apenas 3 foram originados do Canal de Conduta e 2 tratam de abusos de menores de idade. Destaca que o Canal de Conduta é uma oportunidade para o associado denunciar o que antes se sentia constrangido em fazer. Diz que a Diretoria tem tentado conciliar as partes dos PADs. Frisa que não há perseguição política por parte da DEN na instauração dos PADs. Assevera que não podemos ficar politizando o assunto, o que degrada a instituição, pois o fato de termos um canal de denúncias e um programa de compliance faz que nossa instituição bem vista, com pontos positivos nas auditorias e no prêmio Melhores ONGs.



Sublinha que o Canal de Conduta não é para perseguição política, mas um mecanismo para apuração disciplinar e para a pessoa fazer denúncias. Diz que a Diretoria Nacional de Integridade foi assumida pela PAULA por ter expertise na área jurídica e de integridade, e que não fizeram a separação das duas pastas no momento da criação, porque o compliance ainda é uma novidade na iniciativa privada e nas organizações. Afirma que a DEN irá fracionar agora a Diretoria de Integridade e a Diretoria Jurídica. Em relação ao relatório da CEDN apresentado na última Assembleia Nacional, MACEDO esclarece que houve uma controvérsia entre a DEN e a CEDN que ensejou a afirmação de interferência da DEN na CEDN. Diz que a DEN entende que a CEDN serve unicamente para instruir o processo e que se o processo não for instruído, a parte pode reclamar que isso não foi feito. Relata que houve alguns casos que a CEDN entendeu que não deveria instruir o processo e a DEN insistiu para que o processo fosse instruído, a fim de se evitar a judicialização dos processos, não querendo a CEDN ouvir, por exemplo, testemunhas de defesa, o que poderia violar o direito à defesa e ao contraditório. MACEDO afirma que isso não é uma tentativa de interferência, uma vez que para a DEN poder julgar, é preciso ter as informações necessárias para isso. Diz que nos próximos dias será disponibilizado no nosso site institucional um relatório dos PADs, sem identificar as partes, mas apenas o status dos processos, para acompanhamento dos associados. Explica que toda vez que é instaurado um PAD, as partes recebem um link para acompanhamento do processo via sistema Astrea. ÂNGELO rechaça a interpretação do MACEDO de estar querendo constrangê-lo. Replica que apenas quis contextualizar sua visão do processo. Diz que não sabia que houve uma conciliação no processo movido contra o ex-presidente do CAN. Afirma que a DEN deve rechaçar o que houve nos bastidores do caso. Ressalta que não está reverberando boatos. Parabeniza o MACEDO por não ter deixado de lado a contradição entre a DEN e a CEDN na instrução dos PADs, pois na Assembleia Nacional não houve tempo para esse esclarecimento. Frisa que não quer constranger a DEN com esse assunto, mas saber qual a relação da Diretoria Nacional de Integridade e se a DEN faz o juízo de admissibilidade das denúncias antes da instauração dos PADs. Queria entender se o aumento dos PADs advinha do trabalho da Diretoria Nacional de Integridade e se essa pasta estaria fazendo o papel da DEN. Afirma que não tira a importância da Diretoria Nacional de Integridade, mas entende que precisamos separar Integridade, da Comissão de Ética e da DEN. ROSANO, representando o diretor-presidente do PR (Irineu) que está impossibilitado de participar desta reunião, solicita esclarecimentos sobre a exoneração do Diretor Nacional de Métodos Educativos. ROSANO entende que é prerrogativa da DEN nomear e exonerar diretores nacionais, todavia, devido à importância do Diretor Nacional de Métodos Educativos no momento em que estamos tendo CNGA 2 e a atualização do Projeto Educativo, é precisa que a DEN traga esclarecimentos ao CCN sobre a decisão tomada. MACEDO responde que a função de Diretor Nacional de Métodos Educativos é de livre nomeação e exoneração da DEN. Esclarece que na constituição da atual DEN, foi dada uma diretriz muito clara de que a área de Métodos Educativos se aproximasse da Gestão Institucional, e que não queriam filtros entre a DEN e a área de Métodos Educativos. Reitera seus agradecimentos ao trabalho desenvolvido pelo ex-Diretor Nacional de Métodos Educativos, entretanto, relata que, em alguns momentos, tiveram dificuldades na condução da pasta de Métodos Educativos, como, por exemplo, quando, por vezes, nomeações de diretores de cursos e em outras áreas foram feitas sem serem ouvidas as Diretorias Regionais



de origem dos nomeados, algo que tinha sido um compromisso da DEN com o CCN. Diz que como entenderam que essa aproximação não acontecia, resolveram que era natural se fazer uma mudança na pasta. Todavia, ressalta que não ter Diretor Nacional de Métodos Educativos nomeado, não significa deixar essa área de lado. Pelo contrário, MACEDO, como presidente da DEN, está assumindo as funções dessa pasta, cuja operação é profissionalizada. MACEDO diz que está acompanhando de perto o processo de atualização do programa educativo, incluindo os debates sobre a criação do Ramo Castor. Destaca que a área de Métodos Educativos está sendo privilegiada, pois, agora, está sendo acompanhada de perto pela presidência da DEN. ROSANO pergunta se há algum nome para substituição do Diretor exonerado. MACEDO replica que, em princípio, não estão pensando em nome para substituição, pois os trabalhos estão sendo acompanhados diretamente pela presidência. ÂNGELO deixa consignado o seu descontentamento com a exoneração do Celso Menezes como Diretor Nacional de Métodos Educativos, pois tinha uma boa relação com a Diretoria de Métodos Educativos do PI, e ainda mais, por não estar prevista a substituição da posição. BANCHI solicita definição do CAN/DEN do próximo planejamento estratégico nacional. BANCHI relata que conversou esta semana com o presidente do CAN sobre o assunto, pois isso está impactando o calendário das ações da Diretoria Regional. Gostaria de saber se a DEN tem alguma cronologia sobre a elaboração do novo planejamento estratégico institucional, e reforça a sua urgência na instituição. CRIS diz que também conversou com o MANIQUE sobre o assunto, o qual não conseguiu precisar um cronograma dos trabalhos. Diz que nosso planejamento atual vai até o final deste ano e se deve começar a elaboração do novo no segundo semestre, visando seu lançamento na Assembleia Nacional do próximo ano. Relata que o CAN está reestruturando os seus Grupos de Trabalho e Comissões Permanentes, após a renovação da composição do Conselho na última Assembleia Nacional, e já foi sinalizado à Comissão Permanente de Planejamento Estratégico (CPPE) a necessidade de elaboração do novo planejamento estratégico. BANCHI solicita um incentivo ao Selo Doar pelo nível Nacional, de modo que a DEN, juntamente com as Diretorias Regionais, obtenha o Selo Doar outorgado pelo Instituto Doar, para nos creditar a possíveis doadores e ser um diferencial no processo de captação de recursos. CRIS esclarece que o Selo Doar é feito pelo mesmo instituto que coordena o prêmio Melhores ONGs. Relata que desde 2019 somos participantes do prêmio, no qual, na primeira vez que participamos, fomos selecionados para a segunda fase, mas não ficamos entre as 100 melhores ONGs, principalmente, por dois itens em que não fomos bem avaliados: a inexistência de um programa de integridade e de uma política de diversidades. Diz que em 2020 participamos novamente, criamos, junto com o CAN, o Canal de Conduta, a Política de Governança de Governança Institucional, e, então fomos reconhecidos, pela primeira vez, como uma das 100 melhores ONGs do país. Relata que em 2021 estamos participando novamente do prêmio Melhores ONGs, para o qual já fomos selecionados para a segunda fase e aguardamos o resultado. CRIS relata também que já iniciamos o processo de certificação do Selo Doar e, talvez, em trinta dias, sejamos certificados com o selo. Esclarece que a taxa anual da certificação já foi paga e os documentos exigidos são praticamente os mesmos do prêmio Melhores ONGs. Lembra que, assim como o selo do Melhores ONGs pode ser utilizado pelas Regiões Escoteiras, caso sejamos certificados em nível Nacional, o Selo Doar também poderá ser utilizado. BANCHI solicita orientação/estudo sobre inclusão de



nome social em documentos dos Escoteiros do Brasil: CRIS rememora que no plano de gestão da atual DEN estava prevista a criação de uma equipe nacional de Diversidades. CRIS informa que REBECA coordena a equipe e que ALDENISE passará a coordenar o Grupo de Trabalho de Diversidades e Inclusão do CAN, o qual era antes coordenado pela REBECA. Informa também que a demanda de inclusão de nome social em documentos dos Escoteiros do Brasil foi recebida em janeiro deste ano. Diz que temos uma [resolução sobre o tema](#) pronta desde março último, que ainda não lançada por conta das necessidades de atualização do PAXTU. Afirma que a resolução deverá ser lançada no próximo dia 28 de junho, dia do Orgulho LGBTQ+, atendendo à necessidade de se dar um tratamento adequado às pessoas transgêneras e transexuais na nossa instituição. Relata que tivemos casos sobre o uso do nome social no último Camporee Sul e no último JamCam e que é constrangedor que o jovem tenha que pedir para mudar seu crachá com o nome social ou o certificado de seu distintivo especial. Sublinha que é uma demanda que também veio da nossa área de Gestão de Adultos. Destaca que é uma necessidade determinada pela nossa Constituição Federal, que reconhece o direito dessa população. Informa que o setor de registros do Escritório Nacional já está capacitado para acolher as demandas, a partir da publicação da referida resolução. BANCHI pergunta se haverá um campo específico para o nome social no cadastro do PAXTU. CRIS responde que sim. BANCHI pede que até o lançamento desta resolução, os certificados de distintivos especiais sejam feitos com os dois nomes (nome natural e nome social). REBECA informa que recebeu a solicitação de SP e após esta reunião irá atender a demanda. GOMIDE diz que há situações similares em MG. REBECA explica que, com a publicação da resolução, a adoção do nome social será feita automaticamente nos nossos sistemas. REBECA relata que o Grupo de Trabalho de Diversidades e Inclusão do CAN está elaborando a política nacional de Diversidades e Inclusão, e que será lançada pesquisa no PAXTU para os associados e também será feita uma pesquisa junto às Regiões Escoteiras sobre o tema. ALDENISE solicita o engajamento de todas as Regiões nessa pauta, a fim de construirmos uma política considerando todas as nossas diversidades. REBECA afirma que enviará às Diretorias Regionais uma mensagem sobre a importância de se criar uma equipe regional de diversidades e o suporte da equipe nacional para que isso ocorra. BANCHI solicita orientação/normatização da segunda ou terceira função em outra UEL/Região Escoteira pelo SIGUE-PAXTU. BANCHI diz que, enquanto gestor regional, não recebeu nenhum esclarecimento formal sobre esse dispositivo, e que estão tendo problemas em SP com o seu mau uso. MACEDO esclarece que isso foi criado no sistema para viabilizar o auxílio de um voluntário em outra Região Escoteira ou UEL e possibilitar que o pioneiro que mude de cidade, possa se vincular em outra UEL, mas sabe que, como bem pontuado por BANCHI, algumas pessoas têm feito mau uso desse mecanismo. Informa que a DEN deliberou nesta semana que irá provocar o CAN para regradar o referido dispositivo, e que antes disso, vamos colher as sugestões das Regiões Escoteiras sobre o assunto. BANCHI afirma que, infelizmente, temos que ficar criando regras para lidar com pessoas de mau caráter na nossa instituição de princípios tão nobres. Espera que isso seja normatizado o quanto antes. BANCHI solicita revisão da PNAME em relação às formas e procedimentos de fechamento de nível de formação. BANCHI relata que tem casos em SP, sobre os quais a DEN está ciente, de pessoas que estão fazendo mau uso do procedimento, por isso, solicita uma revisão nos formulários e procedimentos de fechamento de nível de formação. VITOR lembra que a



PNAME é um documento bastante recente e é necessário revermos alguns pontos. Esclarece que nas Rotas de Aprendizagem está disposto que prática educativa é feita num determinado território e lhe causa estranheza que o voluntário aplique a prática escoteira numa Região e solicite a conclusão de nível em outra. KIKO comenta que não a PNAME, mas sim o instrumento da homologação das certificações de níveis de formação deve ser aperfeiçoado. MACEDO entende que, embora tenhamos regras flexíveis, não podemos deixar de lado questões principiológicas, por isso, é necessário se verificar os desvios de conduta. Esclarece que nesses casos a orientação da DEN é que o voluntário não seja certificado, por mais que o Assessor Pessoal de Formação (APF) tenha afiançado. VITOR ressalta que o sistema de concessão da Insígnia de Madeira (IM), de terceira ou quarta contagem, não é mecânico e objetiva melhorar o desempenho do adulto na sua função. BANCHI concorda com VITOR e solicita que a DEN, por intermédio do Escritório Nacional e do Programa de Integridade, investiguem os casos suspeitos de desvio de conduta. ÂNGELO relata que há um caso no PI de um escotista que fez um curso no RJ para obter distintivos da modalidade do mar e não apresentou os documentos necessários para sua certificação. Diz que a Diretoria Regional solicitou a apresentação desses documentos, com cópia autenticada e firma reconhecida, devido à divergência de assinaturas que constatarem nos documentos apresentados. Afirma que esse associado fez uma interpretação da norma escoteira para exigir a certificação, e essa exigência gerou uma série de complicações para ele, diretor regional ÂNGELO, sendo, inclusive, denunciado ao nível Nacional, por supostamente estar impedindo a certificação. Ressalta que é preciso termos cuidado nisso, principalmente, na comprovação de conhecimentos externos ao Movimento Escoteiro. WEND pergunta como deve ser feita a certificação do nível de formação de um voluntário que fez o curso avançado em outra Região Escoteira. KIKO orienta que a PNAME é bem clara, assim como o Manual do APF, de que a atuação do APF ter que ser muito próxima do associado e que casos de APF fora da UEL do assessorado devem ser excepcionais. E, nesses casos excepcionais, a Diretoria Regional deve designar o APF caso seja de outra Região. Se não houve isso, KIKO esclarece que não é legítima a designação desse APF. Em relação à participação de cursos inter-regionais, KIKO orienta que para um associado fazer um curso em outra Região Escoteira, é necessária a autorização da Diretoria Regional de origem, mesmo no formato EAD, e que a homologação do nível de formação deve ser feita na Região Escoteira de origem do associado. BANCHI solicita regulamentação sobre a realização de cursos em EAD inter-regiões. ADRIANO pergunta se há alguma previsão de regulamentação de cursos inter-regiões. Diz que houve o caso de um associado da Região do SE que não foi autorizado pela Diretoria Regional a participar do curso em outra Região, mas essa Região fez a inscrição dele no curso sem autorização da Diretoria Regional de origem. BANCHI reforça a necessidade de se regulamentar esse assunto, pois SP também teve casos similares ao do SE. Lembra do compromisso assumido na Reunião Ordinária do CCN em 2019 de trabalho em parceria das Regiões Escoteiras, o qual parece que, com a pandemia, foi deixado de lado. Diz que está tendo que lidar com voluntários que estão querendo descredenciar o previsto na PNAME e que outras Regiões estão empoderando esses voluntários. Asevera que tem Regiões que não tem adultos para completar o quórum do curso e abrem a possibilidade para participação de associados de outras Regiões, só que algumas de maneira inconsequente, e que, com isso, as pessoas estão encontrando brechas para burlar regras.



Propõe que se crie um mecanismo de termos um percentual exigido para abertura de inscrições de cursos para outras Regiões. KAYAN corrobora o ponderado por BANCHI, diz que sempre entra em contato com os presidentes regionais para liberar os cursos de sua Região em outras Regiões, como estratégia de captação de recursos, mas sempre dentro do orientado pela PNAME. Diz também que convidam formadores e cursantes de outras Regiões e que o Escritório Nacional, por meio da área de Gestão do Voluntariado, tem apoiado para isso ocorrer. Entende que, antes de se enviar o convite para outra Região, é importante se entrar em contato com a Diretoria Regional, para evitar atritos. GOMIDE reforça o levantando pelo BANCHI. Lembra que o PAXTU permite inscrições de associados em cursos de outras Regiões, e também entende que é necessário se regulamentar o tema. CRIS comenta que isso se trata da política de boa vizinhança acordada na reunião do CCN em 2019, a qual se estivesse sendo cumprida, não estaríamos tratando desse assunto agora. Esclarece que, por mais que o convite possa ser feito via PAXTU para todas as Regiões, ele depende de autorização da Diretoria Regional convidada para os associados poderem se inscrever. Reforça que todos os eventos e cursos regionais e nacionais devem ser controlados pelo PAXTU, aproveitando os benefícios da ferramenta, especialmente, a possibilidade de avaliação das iniciativas. Ressalta que se faz necessário refazeremos o pacto entre as Diretorias Regionais para seguirmos os fluxos estabelecidos pela instituição. MICHELE relata que ocorrem pressões dos associados para que liberem as inscrições de eventos e cursos de outras Regiões. Afirma que no RS todo e qualquer curso e evento, somente após 15 dias de inscrições apenas para os associados da Região, são abertas as vagas sobressalentes para outras Regiões. Entende que podemos pensar em ofertar iniciativas em conjunto entre Regiões e não haver uma competição, e que deveria ser criado um calendário de reuniões mensais entre os presidentes regionais para sinergia de trabalho. VITOR corrobora as ferramentas que já temos para tentar regulamentar esse processo conforme citou a CRIS. Informa que o Escritório Nacional já anotou a sugestão dada e irão trabalhar nela para apresentar uma proposta de regulamentação do tema. Informa também que irão colocar à disposição uma ferramenta de consulta para colher sugestões das Regiões para regulação do assunto. KIKO sublinha que a pandemia trouxe uma realidade nova para a formação, com os cursos EAD, e que precisamos ajustar isso, a fim de todos se sentirem confortáveis nesse processo de formação, atendendo a competência estatutária das Regiões de responsabilidade sobre a formação dos adultos. BANCHI reforça o papel dos gestores regionais no compromisso em trabalhar de forma integrada.

Não havendo mais manifestações, GOMIDE agradece a confiança por presidir a reunião e o cumprimento da pauta. MACEDO agradece a presença de todos e o trabalho desenvolvido pelas Diretorias Regionais e encerra os trabalhos às 12h23min.

-----

